

RELATÓRIO E CONTAS 2015

FPP - Federação Portuguesa de Padel

ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS
CONTRIBUINTE N.º 510.234.640
COM SEDE EM RUA DE SÃO JOSÉ N.º 35 1.º A ED. LIBERSIL TORRE B, LISBOA
COM O CAE N.º 93191
COM A ACTIVIDADE DE ORGANISMOS REGULADORES DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS

2

ÍNDICE

ÍNDICE	2
RELATÓRIO DA DIREÇÃO	3
INTRODUÇÃO	3
1. ÁREA DESPORTIVA	5
2. DESENVOLVIMENTO	7
3. CLUBES E EMPRESAS	8
4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	8
5. SUBSÍDIOS, PATROCÍNIOS E FOMENTO	9
6. FILIAÇÕES	10
7. RESUMO	10
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015	11
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	13
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	13
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES	13
4. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	16
5. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	17
6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	18
7. GASTOS COM O PESSOAL	18
8. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	19
9. OUTROS GASTOS E PERDAS	19
10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	19
11. ATIVOS INTANGÍVEIS	22
12. FILIADOS	22
13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	23
15. DIFERIMENTOS	23
16. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	23
17. FORNECEDORES	24
18. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO	24

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Com referência a 31 Dezembro de 2015

Introdução

2015 foi o ano de consagração da FPP depois de uma batalha desde a sua constituição para que esta se afirmasse como a Federação que desenvolve e fomenta a modalidade, junto do povo português mas também a representasse junto das instituições internacionais. Neste ano deu-se continuidade ao trabalho do ano anterior e desenvolveram-se mais atividades alargando ainda mais o âmbito de atuação da FPP.

Foi em 2015 que se realizaram pela primeira vez as eleições de delegados - representantes à Assembleia Geral - dos vários agentes do Padel em Portugal dando cumprimento assim ao exigido pela legislação e RJFD. Também foram realizadas pela primeira vez as eleições aos órgãos da direção bem como aos restantes órgãos previstas na legislação.

Dedicou-se muito tempo e meios à formação de treinadores e Juiz Árbitros para fazer face à crescente demanda de ambos fruto do crescimento de torneios no calendário federativo e do crescimento também do número de jogadores e clubes espalhados pelo país.

O trabalho com as seleções foi também mais consolidado uma vez que passamos a contar com a colaboração de um modo mais continuado com o treinador Juan M Rodriguez (Argentino) que ocupou as funções de seleccionador/treinador nacional, embora não estando nas condições ideais em termos de permanência foi a solução encontrada dentro das nossas possibilidades para poder dar treinos mais competitivos aos nossos atletas de maior nível.

Continuámos o trabalho de parceria com os clubes, alargando o leque de ações onde para além do incremento das provas do circuito passámos, em colaboração com a empresa patrocinadora Padel Pro, a dispor de uma pista desmontável que esteve aos serviços dos clubes para poderem fazer ações de fomento nos espaços públicos das suas cidades, nesse sentido aproveitando a realização de provas do circuito foram montadas pistas em Vila Real de Santo António e Leiria.

O circuito nacional continuou o seu sucesso e viu o número de provas aumentar para 27, de salientar o aparecimento de provas na cidade Mafra, Coimbra, Óbidos, Sintra, etc., para além de mais clubes na região de Lisboa e os habituais de Leiria, Porto, Aveiro, Évora, e Vila Real de Sto. António.

Culminou mais uma vez o circuito com a realização do Masters e a respetiva festa de encerramento que incluiu mais uma vez os prémios de consagração de jogadores e prémios de mérito.

Financeiramente encerrámos com as contas positivas deixando fundos suficientes para encarar 2016 com bastante otimismo, apesar de não termos um patrocinador principal do circuito.

O Campeonato Nacional FPP voltou a Lisboa e voltou a ter grande participação (192 Pares inscritos), os campeões nacionais foram consagrados este ano com a novidade de introdução da modalidade de veteranos +45 anos.

2015 foi o ano da consagração do Campeonato de Clubes que registou num fim de semana teve quase 600 pessoas a participar. Um sucesso e a prova de que o Padel segue em crescendo e os clubes começam a ser pequenos demais para a quantidade de pessoas que querem competir nestas provas.

A Liga de Clubes da Zona Sul foi um absoluto sucesso com cerca de 60 equipas inscritas apesar do seu ano de estreia. Tentou organizar-se também na zona Norte mas apesar do crescimento acentuado de clubes, não foi ainda possível estender a Liga a esta região que tem também vindo a afirmar-se no Padel nacional, não só com número de jogadores como com a qualidade dos seus jogadores.

Paralelamente deu-se à ForumPadel.pt a licença para organizar a Liga de pares de Nível 1 como forma de fomentar a rotatividade dos jogadores nível 1 que ambicionem vir a integrar as seleções e Team FPP.

No que toca ao Padel Juvenil o circuito teve 5 provas que culminou no KIA Masters 2015 e continuaram a ser realizadas as Clínicas e Summer Camps com o grande objetivo de divulgar o Padel junto das camadas mais jovens.

O projeto Team FPP manteve-se com 4 jogadores a jogarem o Circuito Mundial Profissional (WPT) e com a Federação a manter o seu estatuto de representante português junto desta organização. Terminámos o ano com o nosso melhor jogador em 107 do mundo e notou-se um incremento grande de posts e notícias nos media sobre o Team, que ainda só incluiu atletas masculinos mas que em 2016 começará um projeto piloto de Team FPP Feminino.

Realizaram-se 2 encontros com Seleções Internacionais (Extremadura e Bilbao) e apesar de terem sido equilibrados a vitória não sorriu às nossas seleções, mas deixámos bons indicadores de que as seleções evoluíram e estão a começar a bater-se de igual para igual com países onde a prática do Padel existe há mais de 60 anos.

Não houve WPT pois os patrocínios para a prova não foram suficientes para justificar uma etapa em Portugal. A FPP é alheia a este facto dado que a responsabilidade de angariação dos patrocínios era do promotor que não atingiu as metas estabelecidas pelo WPT. Para o ano não será o mesmo promotor e a FPP assinou um protocolo em que será ela a juntar os parceiros locais que organizarão a prova em 2016.

No fim do ano e depois de uma longa batalha de 3 anos conseguimos finalmente inscrever-nos na Federação Internacional de Padel e passamos a ser nós a entidade que envia as seleções que representam Portugal aos Campeonatos Mundiais e Europeus, bem como de Pares. Esta integração sucedeu depois de a Federação Portuguesa de Ténis ser expulsa da FIP por não cumprir com os requisitos mínimos exigidos pela instituição e deixar de ser membro filiado na FIP a partir de 31 de Dezembro de 2015.

O Site da FPP sofreu mais alterações e uma série de processos ficaram agora automatizados de uma forma consolidada e segura, sendo a plataforma utilizada pelos milhares de filiados com bastante facilidade e de forma a que os mesmos possam fazer a gestão diária da modalidade na mesma.

2016 será um ano de importância vital em que estaremos concentrados na obtenção da Utilidade Pública Desportiva para o Padel, agora que já cumprimos todos os requisitos legais.

1. Área Desportiva

1.1. Provas Nacionais

1.1.1. Circuito FPP

O Circuito FPP 2015 teve um crescimento em número de provas e de participantes. Jogaram-se 27 provas Open mais um Masters no final do ano que coroou os 16 melhores de cada categoria, e passaram pelo circuito mais de 5.000 jogadores. O Circuito teve expressão Nacional com a maioria das provas em Lisboa, mas com um crescimento acentuado no Norte onde se realizaram já 4 provas, bem como em Évora, Sintra, Algarve, Óbidos, Aveiro, Leiria, Coimbra, etc. O Padel cresceu não só em participantes e provas, mas também no nível apresentado pelos jogadores. Apesar de tudo e apesar de socialmente as praticantes senhoras serem quase tão numerosas quanto os homens, nas provas verifica-se um muito maior número de inscrições masculinas.

1.1.2. Campeonato Nacional de Padel

O Campeonato Nacional este ano teve a participação de 192 duplas, um record absoluto. Durante 4 dias disputaram-se as categorias de: Masculinas 1, 2 e 3, Femininas 1, 2, e 3, Mistos 1, 2 e 3, Veteranos +35 e +45, Sub12, Sub14, Sub16 e Sub18. Realizou-se no CNN Nacional Padel em conjunto com a Qta. Da Marinha que amavelmente cederam as suas instalações ao abrigo do contrato de patrocínio com a FPP.

1.1.3. Liga de Clubes

A liga de Clubes foi introduzida este ano na sua plenitude e embora só tivesse sido realizada na região de Lisboa, contou com cerca de 60 equipas inscritas. Verificou-se uma total adesão dos clubes à Liga que foi disputada em duas fases e durou praticamente todo o ano. Passaram na Liga mais de 600 jogadores que semanalmente representaram os seus clubes nas diversas categorias. Estas foram: Masc 2 e 3, Fem 2 e 3, e Veteranos +45.

1.1.4. Campeonato de Clubes

O Campeonato de Clubes foi mais uma vez um sucesso e durante os 4 dias em que se realizou inscreveu mais de 400 jogadores e foi disputado nas categorias: Absoluto, Masc 2 e 3, Fem 2 e 3.

1.1.5. Liga ForumPadel.pt

A liga ForumPadel.pt feita em parceria com a FPP, é a liga para jogadores de nível 1 uma vez que na outra liga que visa promover a modalidade mais a nível social não há nível 1. Esta liga foi um sucesso também com esta empresa que mereceu a total confiança da FPP e que no final contou pontos para o Ranking da FPP conforme condições acordadas. Apesar de ser uma liga, contou como uma prova de classe 2.000.

1.2. Seleções Nacionais

1.2.1. *Selecionador Nacional*

A FPP contratou um Selecionador/treinador Nacional novo. Juan M Rodriguez é formado em Educação Física, tem vários cursos internacionais de Padel, foi jogador profissional de Padel atingindo os 1/4os de final diversas vezes no circuito PPT, foi Top 30 desse mesmo circuito, jogou diversas vezes pela seleção da Argentina, foi campeão do Mundo de Juniores, foi numero um da Argentina, dirigiu vários clubes de Padel em Espanha, e treina atualmente alguns jogadores do WPT. Aparte do seu brilhante CV e das suas capacidades técnicas, tem o perfil que considerámos adequado para desenvolver as camadas jovens, e as seleções femininas e masculinas. Em 2015 notou-se uma considerável melhoria na relação entre o Selecionador e as seleções que o consideraram um treinador de grande qualidade. Ficámos muito contentes com o seu desempenho e conseguimos que cada vez que se deslocou a Portugal, fosse enquadrado noutras atividades de forma a que não aumentasse os encargos para a FPP.

1.2.2. *Estágios*

Voltaram a ser realizados estágios com as equipas nacionais, este ano mais consolidado pois passámos a contar com a colaboração do novo treinador. Realizaram-se 4 estágios, sendo que 3 foram em Lisboa (CNN – Nacional Padel) e 1 em Bilbao. Foram sempre convocados cerca de 12 jogadores Femininos e Masculinos, e os estágios decorreram nas mesmas datas embora as seleções masculinas e femininas trabalhassem em horários alternados.

1.2.3. *Encontros Internacionais*

Foram realizados encontros internacionais com a Extremadura (Masc e Fem) e Jofaseta (Masc). Os resultados foram bastante positivos o que nos leva a querer aumentar o número destes encontros com seleções de nível. Este é um formato que pretendemos manter pois é uma boa forma de dar experiência internacional aos nossos jogadores.

1.2.4. *Team FPP*

Manteve-se o Programa Team FPP para os Jogadores masculinos, sendo que apenas 5 jogaram o circuito a full-time. Cremos que foi uma aposta ganha pois os nossos jogadores já se balem de igual para igual com alguns jogadores do Top 80 mundial. Conseguimos passar à fase prévia dos torneios do WPT algumas vezes o que é um bom indicador da evolução dos nossos jogadores.

1.2.5. *WPT*

Não houve WPT este ano pois o promotor não conseguiu angariar os patrocínios que o WPT exigia para trazer de novo uma prova do circuito a Lisboa. O trabalho feito pelo promotor foi tardio. Descurrou a modalidade a favor de outra e já numa fase muito adiantada comunicou ao WPT que não tinha condições financeiras que cumprissem os requisitos do WPT. A nossa relação com o WPT não saiu beliscada pois entenderam que a culpa não tinha sido da FPP e por isso mesmo decidimos que em 2016 a FPP seria a entidade em Portugal que escolheria os parceiros para organizar qualquer prova do WPT e lideraria qualquer consórcio para o efeito.

Relativamente aos acordos com o WPT, mantivemos a parceria existente de que o Top 10 do nosso ranking poderia jogar o WPT.

2. Desenvolvimento

2.1. Formação

2.1.1. *Treinadores*

Voltaram a realizar-se dois cursos de treinadores dando continuidade ao programa de formação. Um dos cursos foi no Norte do País, no Top Padel, e outro foi na Quinta da Moura – região de Lisboa.

2.1.2. *Árbitros*

Realizou-se um curso de Árbitros para os Treinadores que frequentaram o Curso no Norte e que quiseram complementar a sua formação com a vertente da arbitragem.

Os nossos árbitros Luís Santos e Catarina Carvalho mantiveram o estatuto internacional que já tinham em 2014 e ficou negociado que arbitrarão a prova Challenger de Lisboa em 2016.

2.2. Padel Jovem Escolar

2.2.1. *Torneios Jovens e Escolas*

Realizou-se o circuito juvenil com 5 provas e um Masters no final do ano. Começou a verificar-se um acréscimo no número de participantes, e alguns jogadores a dedicarem-se mais afincadamente ao Padel e a participarem também nos torneios seniores.

2.2.2. *Summer Camps*

Foi dada continuidade à atividade dos Summer camps em alguns clubes pelo país.

2.2.3. *Subsídios Deslocação*

O subsídio de deslocação aos jovens voltou a ser implementado pois acreditamos que este é um bom incentivo para os jovens participarem em provas. Relembramos que os jovens que vivem a mais de 100km do local onde se realizam as provas, têm um subsídio de deslocação de €10, e de refeição de €5 por dia.

3. Clubes e Empresas

Fruto da parceria com a empresa Padel Pro pudemos manter a oferta para os clubes que passaram assim a ter ao seu dispor uma pista desmontável para poderem montar nas praças das suas cidades e assim realizar ações de promoção e fomento do Padel junto das suas comunidades. Pensamos ser esta uma iniciativa importantíssima para a divulgação da modalidade em todos os meios. O número de provas do circuito também aumentou e foram realizadas mais reuniões de clubes de modo a que o trabalho possa sempre ser coordenado entre clubes e FPP de modo a que o crescimento da modalidade possa estar ao serviço de todos.

3.1. Clubes

O número de Clubes aumentou de 27 para 43 em 2015. Estes estão representados por 21 delegados nas assembleias gerais da FPP mas têm tido pouca participação nas decisões do Padel porque os delegados que os representam não têm comparecido com a frequência que seria desejada. É algo a ter em conta para 2016 quando das eleições de delegados.

3.2. Empresas

Não se registou um aumento no número de empresas filiadas. Mantivemos a nossa relação de parceria com a ForumPadel.pt na organização da Liga de nível 1, e com a Rackets Pro como construtora oficial de campos e Centro Nacional de Estágios.

4. Organizações Internacionais

4.1. World Padel Tour

As relações com o WPT não poderiam ser melhores do que foram em 2015. Continuámos a ser o parceiro do WPT em Portugal, e mantivemos o protocolo de que só os jogadores portugueses com ranking Top10 da FPP podem jogar as provas do WPT. Fomos convidados para estar presentes no Masters e muito bem recebidos com esta organização que desde o primeiro dia nos acolheu de braços abertos. As relações com a Estrella Damn também são excelentes. Acordámos organizar em conjunto uma prova Challenger em 2016, em que a FPP é a entidade que representará o WPT em Portugal

4.2. Federação Internacional de Padel (FIP)

Depois de 3 anos de batalha, fomos finalmente admitidos como membros da FIP. A FPP passou a ser a representante de Portugal na FIP. Resolveu-se o problema de a FPP não poder filiar-se por estar a FPT como filiada na FIP, razão que impedia que pudéssemos obter o estatuto de UPD em Portugal. Com a expulsão da FPT como membro da FIP e depois de cuidada análise do trabalho realizado por ambas as federações, a FIP decretou a expulsão da FPT da FIP com efeitos de 31 de Dezembro de 2015 e a inclusão da FPP com efeitos a 1 de Janeiro de 2016. Recebemos a carta de boas vindas a 30 de Dezembro de 2015 o que foi um motivo de grande satisfação para todos em Portugal. A partir de 2016 seremos nós a inscrever as equipas que participarão nos Mundiais e Europeus da modalidade.

4.3. Outras Federações

Mantemos excelentes relações com as Federações Regionais de Espanha, da Extremadura, Madrid, e Galiza, e a nível de países muito boas com o México, Uruguay, Austrália, Dubai, Canada e Brasil. Com algumas desenvolvemos alguns protocolos de cooperação e em 2016 continuaremos a desenvolver.

5. Subsídios, Patrocínios e Fomento

5.1. Subsídios

A FPP não tem quaisquer subsídios do Estado pois não usufrui do estatuto de Utilidade Pública, nem do estatuto de Utilidade Pública Desportiva. Nunca os pode pedir ao governo pois não estava filiada na Federação Internacional e por isso não reunia os requisitos previstos na lei. Apesar disso temos vindo a desenvolver o nosso trabalho e não devemos dinheiro a ninguém, tendo encerrado o ano em positivo e com a missão cumprida.

5.2. Patrocínios

A FPP tem sobrevivido com uma gestão empresarial em que se tentou criar um produto que possa angariar patrocínios para o funcionamento da mesma. Com o apoio dos nossos patrocinadores, juntamente com o dos nossos filiados temos conseguido levar o barco a bom porto, e este ano foi mais um exemplo disso. Por este motivo temos de agradecer à Rackets Pro, à KIA, à Head, ao Nacional Padel, aos vinhos sexy, à M80, ao Top Padel e i6, e a todos aqueles que apoiaram os clubes durante o ano. Com este modelo esperamos ter um 2016 muito positivo.

5.3. Fomento

O Padel tornou-se conhecido em 2015 como o desporto da moda. Apareceu em diversos programas televisivos, chegou a ser capa de algumas revistas e suplementos, foi tema de diversas peças em jornais e revistas, bem como falado em várias rádios nacionais. Tudo isso contribuiu para o fomento da modalidade. Houve algum investimento nas camadas jovens e na formação que permitirá um melhor ensino e proximidade com potenciais jogadores. Fizemos algumas ações de promoção da modalidade, e respondemos a todas as entidades que mostraram interesse na modalidade, ou em desenvolver atividades desta modalidade. Atuamos em proximidade com alguns meios de comunicação e cooperamos com os mesmos para que a modalidade fosse falada. Apoiámos todas as iniciativas que os clubes nos propuseram e atuamos junto de algumas escolas para a promoção da modalidade junto dos jovens.

6. Filiações

Houve um grande incremento no número de filiações:

	2015	2014
Jogadores	2348	1023
Treinadores	97	67
Árbitros	30	19
Clubes	44	28

7. Resumo

Podemos dizer que 2015 foi um ano muito positivo para o Padel nacional. Durante o ano realizámos muito mais atividades que no ano anterior, os resultados financeiros foram positivos, e a modalidade e os praticantes assim como os diversos agentes cresceram. Ao nível das relações com outras entidades houve um aumento de contactos e de parcerias, conseguiram-se patrocínios e foi possível fazer uma aposta na juventude e nas nossas seleções. A oferta de campos aumentou bastante e a cobertura do desporto é total tanto ao nível de Portugal Continental como das Ilhas dos Açores e Madeira. O Padel é um desporto verdadeiramente nacional e o Padel português goza de prestígio além-fronteiras. Esperamos que 2016 venha resolver as questões institucionais para que a FPP possa ser mais interventiva, possamos representar com dignidade o país junto da FIP, e obtermos apoios para os diversos agentes junto do Governo.

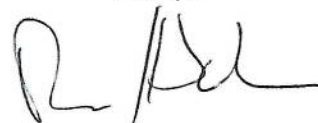
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.DEZEMBRO.2015

	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	4	86 810	28 050
Subsídios à exploração	5	5 577	-
Fornecimentos e serviços externos	6	(73 429)	(38 943)
Gastos com o pessoal	7	(9 745)	-
Outros rendimentos e ganhos	8	-	286
Outros gastos e perdas	9	(1 279)	(2 114)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 935	(12 721)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 935	(12 721)
Resultado antes de impostos		7 935	(12 721)
Imposto sobre o rendimento do período	10	(386)	(67)
Resultado líquido do período		7 548	(12 788)

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nádia Filipo FERREIRO da SILVA

A DIREÇÃO



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos intangíveis	11	4 686	4 686
		<u>4 686</u>	<u>4 686</u>
Activo corrente			
Filiados	12	12 253	2 669
Adiantamentos a fornecedores		1 429	-
Outras contas a receber	14	18 006	10 115
Diferimentos	15	7	535
Caixa e depósitos bancários	16	6 561	6 068
		<u>38 255</u>	<u>19 387</u>
Total do activo		<u>42 942</u>	<u>24 074</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		4 221	17 009
Resultado líquido do período		7 548	(12 788)
Total do fundo de capital		<u>11 770</u>	<u>4 221</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	17	7 868	1 323
Adiantamentos de filiados		15 143	6 222
Estado e outros entes públicos	13	964	67
Outras contas a pagar	14	7 196	12 240
		<u>31 172</u>	<u>19 852</u>
Total do passivo		<u>31 172</u>	<u>19 852</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>42 942</u>	<u>24 074</u>

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nidíofilipa FERRERIRACABRUEUP

A DIREÇÃO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Identificação da entidade

A FPP – Federação Portuguesa de Padel é uma associação sem fins lucrativos com sede na Rua de São José n.º 35, 1.º A, Ed. Libersil – Torre B, Lisboa, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido em território nacional. A Federação Portuguesa de Padel tem por principais fins:

- a) Dirigir, organizar, regulamentar e fiscalizar a prática de Padel a nível nacional;
- b) Promover o fomento, o desenvolvimento e a difusão do Padel;
- c) Promover a formação dos agentes desportivos, desenvolvendo as necessárias ações de formação;
- d) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- e) Representar o Padel português junto das organizações desportivas internacionais onde se encontrem filiadas, bem como assegurar a participação competitiva das seleções nacionais;
- f) Obter o Estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública desportiva.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-SNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações serão calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Instrumentos financeiros

i) Clientes

A maioria das prestações de serviços é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Fomecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços apenas é reconhecido quando i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Vendas e prestações de serviços

	2015		2014	
	Mercado Interno	Total	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	-	-	-	-
Atividade Isenta	56 056	56 056	16 501	16 501
Inscrições de Torneios	52 107	52 107	9 183	9 183
Taxa extra de campo	1 006	1 006	383	383
Renovação Licença Anual FPP	-	-	-	-
Taxa de Homologação	180	180	210	210
Curso de Juiz Arbitro	600	600	1 250	1 250
Treino Avançado	175	175	1 750	1 750
Formação Monitor/Treinador	1 975	1 975	3 725	3 725
Taxa cobrança IFMB	14	14	-	-
Atividade n/sujeita	25 087	25 087	7 550	7 550
Filiação FPP Jogador Licença	13 806	13 806	4 627	4 627
Inscrição na FEP - Licença Membro FEP	370	-	-	-
Filiação de Clube Anual	1 915	1 915	533	533
Filiação FPP Treinador Licença	443	443	23	23
Filiação FPP Juiz Arbitro Licença	20	20	30	30
Filiação de Empresa Anual	225	225	285	285
Filiação FPP - Licença Dirigente Anual	496	496	-	-
Filiação FPP - Licença Outra Nacionalidade	158	158	-	-
Renovação Licença Jogador Anual FPP	7 237	7 237	1 882	1 882
Renovação Licença Treinador Anual FPP	181	181	140	140
Renovação Licença Juiz Arbitro Anual FPP	133	133	30	30
Renovação Licença Jogador Outra Nacionalidade	83	83	-	-
Renovação Licença Dirigente Anual FPP	21	21	-	-
Atividade sujeita	5 667	5 667	4 000	4 000
Taxa Produção de Cartaz Prova	41	41	-	-
Parceria M80 - Circuito FPP	1 626	1 626	-	-
Patrocínio KIA Master 2015	4 000	4 000	-	-
Patrocínio Campeonato Nacional de Padel	-	-	4 000	4 000
Total	86 810	86 810	28 050	28 050

Ao analisar-se a evolução das prestações de serviços deve-se-á ter em conta que a FPP adota diferentes métodos na organização dos eventos com diferentes repartições de receitas. Os modelos adotados consistem nos seguintes:

- Organização 50/50, utilizada habitualmente no primeiro torneio do clube, de modo a assegurar todo auxílio ao clube na organização em conformidade com os regulamentos estabelecidos.
- Organização 85/15 (Clube/FPP). Neste tipo de organização o clube suporta uma maior percentagem dos gastos sendo as receitas distribuídas na percentagem de 85% para o Clube e 15% para a FPP.
- Organização 100% pela FPP. Esta modalidade consiste na organização integral pela FPP, sendo, de igual modo, todas as receitas afetas à FPP:

No que concerne aos gastos, estes são repartidos em conformidade com o estabelecido nos regulamentos. No entanto, deve-se-á deduzir às prestações de serviços da atividade isenta a rubrica de gastos e fornecimentos externos "inscrição em torneiros" no montante de 26.504 € para apurar os rendimentos gerados líquidos, podendo outros ter que ser deduzidos contudo, não é possível por parte do departamento de contabilidade expurgar os mesmos.

5. Subsídios à exploração

PROGRAMA	2015				2014			
	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
Medida Estágios Emprego - IEFP	5 577	3 740	2 165	5 905	-	-	-	-
Total	5 577	3 740	2 165	5 905	-	-	-	-

O acréscimo significativo que se verificou na atividade desenvolvida pela Federação, durante o exercício transato, assim como o previsto para o exercício de 2015, conduziu a direção a uma decisão de contratar uma colaboradora a tempo inteiro para assegurar todo o trabalho de BackOffice administrativo. Para o efeito, candidatou-se à Medida Estágio Emprego tendo esta sido aprovada, por Despacho do Delegado Regional, de 26/01/2015, ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de Junho, alterada pelas Portarias n.º 375/201, de 27 de Dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de Janeiro e Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de Julho, e regulamentada pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de Julho, que regulamenta a Medida estágios Emprego.

A candidatura foi apresentada a 23/10/2014 e foi atribuído o n.º 821500 referente a um processo de estágios que a Federação Portuguesa de Padel pretende facultar e ao qual foi atribuído o n.º 4723/EE/14, nos termos que a seguir se sintetizam:

N.º de estágios: 1

Custo total aprovado, em euros: 5.905,35

Por conseguinte, o estágio da colaboradora teve início no dia 13 de Abril de 2015, por um período de 9 meses, tendo para o efeito sido atribuído um apoio no montante total de 5.905,35 € recebido em 3 prestações.

6. Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
Subcontratos	(1 548)	(3 956)
Serviços Especializados	(16 450)	(10 973)
<i>Trabalhos especializados</i>	(4 887)	(7 530)
<i>Publicidade e propaganda</i>	(1 909)	(400)
<i>Honorários</i>	(6 242)	(2 678)
<i>Serviços bancários</i>	(3 412)	(141)
<i>Outros</i>	-	(225)
Materiais	(6 302)	(5 484)
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	(5 635)	(4 904)
<i>Livros e documentação técnica</i>	(20)	-
<i>Material de escritório</i>	(624)	(580)
<i>Outros</i>	(23)	-
Energia e fluidos	(146)	-
Deslocações, Estadas e Transportes	(7 276)	(6 811)
Serviços Diversos	(41 708)	(11 719)
<i>Rendas e alugueres</i>	(3 784)	(2 936)
<i>Comunicação</i>	(2 945)	(555)
<i>Seguros</i>	(535)	(1 736)
<i>Contencioso e notariado</i>	(341)	-
<i>Despesas de representação</i>	(7 495)	(6 319)
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	(84)	(172)
<i>Outros - Inscrições Temeios</i>	(26 524)	-
Total	(73 429)	(38 943)

7. Gastos com o pessoal

	2015	2014
Remunerações do Pessoal	7 923	-
Encargos sobre Remunerações	1 700	-
Seguros de Acidentes de Trabalho	122	-
Total	9 745	-

O acréscimo significativo que se verificou na atividade desenvolvida pela Federação durante o exercício transato, assim como o previsto para o exercício de 2015, conduziu a direção a uma decisão de contratar uma colaboradora a tempo inteiro para assegurar todo o trabalho de BackOffice administrativo. Para o efeito, candidatou-se à Medida Estágio Emprego tendo esta sido deferida.

Por conseguinte, o estágio da colaboradora teve início no dia 13 de Abril de 2015, por um período de 9 meses, tendo para o efeito sido atribuído um apoio no montante total de 5.905,35 € recebido em 3 prestações.

Face ao exposto dever-se-á ter em conta que o gasto efetivamente suportado pela FPP foi, durante o exercício de 2015, de 4.167,95 €.

8. Outros Rendimentos e Ganhos

	2015	2014
Outros Rendimentos e Ganhos	-	286
Total	-	286

9. Outros Gastos e Perdas

	2015	2014
Impostos	(27)	(734)
Correcções relativas a períodos anteriores	(1 234)	(1 380)
Outros Juros	(17)	-
Total	(1 279)	(2 114)

O montante de 1.194,30 € reconhecido como correção relativa a exercícios anteriores respeita a um recibo emitido pela Seguradora Tranquilidade em Maio de 2015 com período de faturação de 1/03/2014 a 31/12/2014.

De igual modo tentou-se apurar, à data do encerramento do exercício de 2015, se existiria algum montante a ser faturado relativo a este exercício do seguro de acidentes pessoais cujo recibo ainda não teria sido emitido seguradora, e pago pela FPP, no entanto, não obtivemos qualquer comprovativo em como o prémio comercial por pessoa segurada seria ajustado face ao montante já liquidado.

Não obstante, poderá vir a ser ajustado e faturado em 2016 por parte da Seguradora contudo, e por não ser passível de mensurar, e obter documento suporte, não foi reconhecido nenhum montante.

10. Imposto sobre o Rendimento

As pessoas coletivas de direito privado, com sede e direção efetiva em território português, que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, sujeitos passivos de IRC, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º do respetivo Código, são tributadas neste imposto pelo seu rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito conforme a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Código do IRC.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do Código do IRC a respetiva matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do art.º 54.º daquele Código, dos custos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos nos termos do art.º 54.º do mesmo diploma e dos benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções àquele rendimento.

De notar que, os rendimentos resultantes de quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, uns e outros destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários, consideraram-se não sujeitos a IRC, nos termos do n.º 3 do art.º 54.º do respetivo Código.

Não exercendo, a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o rendimento é tributado em IRC à taxa de 21,5 %, de acordo com n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

	2015	2014
Rendimentos		
Atividade Isenta	56 056	16 501
Atividade n/sujeita	25 087	7 550
Atividade sujeita	5 667	4 000
	86 810	28 050
Gastos		
Atividade Isenta	57 232	31 870
Atividade sujeita	1 757	1 967
	58 989	33 837
Gastos Comuns		
Atividade Isenta	15 326	4 079
Atividade n/sujeita	6 859	1 866
Atividade sujeita	1 549	989
	23 734	6 934
Matéria Coletável		
Com isenção	(16 502)	(19 448)
Regime Geral	2 360	1 044
Prejuízos Fiscais Dedutíveis	564	1 295
Prejuízos Fiscais Deduzidos	564	731
Taxa de Imposto	21,5%	21,5%
Imposto Corrente	386	67

Os rendimentos obtidos com natureza de atividade sujeita respeita aos protocolos de parceria contratualizados com a Rádio regional de Lisboa e Kia Master 2015. A parceria com a M80 visa a divulgação do Padel através de campanhas publicitárias.

Os gastos incorridos detalham-se da seguinte forma, por tipo de atividade desenvolvida pela Federação Portuguesa de Padel:

Natureza	Gastos Comuns	Gastos Atividade n/sujeita	Gastos Atividade isenta	Gastos Atividade sujeita	Total
Gastos com o pessoal	9 745,22	0,00	0,00	0,00	9 745,22
Subcontratos - Cadência Pessoal Isenta Iva	972,81	0,00	0,00	0,00	972,81
Contabilidade	1 599,00	0,00	0,00	0,00	1 599,00
Serviços Informática	1 360,66	0,00	0,00	0,00	1 360,66
Apoio Jurídico	1 230,00	0,00	0,00	0,00	1 230,00
Inscrições Tomeios	0,00	0,00	26 523,71	0,00	26 523,71
Organização de Eventos de Padel	0,00	0,00	574,88	0,00	574,88
Serviços de Estafetagem	0,00	0,00	38,37	0,00	38,37
Serviços de Bordado e Estampagem	0,00	0,00	658,65	0,00	658,65
Publicidade e propaganda	0,00	0,00	282,90	0,00	282,90
Honorários	0,00	0,00	5 231,33	131,25	5 362,58
Honorários - Advogado	861,00	0,00	0,00	0,00	861,00
Honorários - Notária	18,61	0,00	0,00	0,00	18,61
Serviços bancários	3 412,04	0,00	0,00	0,00	3 412,04
Livros e documentação técnica	19,51	0,00	0,00	0,00	19,51
Material de escritório	624,41	0,00	0,00	0,00	624,41
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00	5 634,93	0,00	5 634,93
Outros - Decoração	23,45	0,00	0,00	0,00	23,45
Energia e fluidos	0,00	0,00	145,50	0,00	145,50
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	7 275,78	0,00	7 275,78
Rendas de imóveis	536,92	0,00	0,00	0,00	536,92
Aluguer de Recintos desportivos	0,00	0,00	3 246,93	0,00	3 246,93
Comunicação	2 944,84	0,00	0,00	0,00	2 944,84
Seguros - r.a.p. AP DCR S/N Apólice nº 0003184537	0,00	534,99	0,00	0,00	534,99
Contencioso e notariado	341,41	0,00	0,00	0,00	341,41
Despesas de representação	0,00	0,00	7 495,48	0,00	7 495,48
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	83,71	0,00	83,71
Impostos	27,32	0,00	0,00	0,00	27,32
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	1 194,30	40,00	0,00	1 234,30
Gastos e perdas de financiamento	17,00	0,00	0,00	0,00	17,00
Total	23 734,20	1 729,29	57 232,17	131,25	82 826,91

gk

11. Ativos intangíveis

A rubrica ativos intangíveis respeita ao desenvolvimento do website fppadel.pt que ainda não se encontra, na íntegra, operacional.

O desenvolvimento do website está previsto em três fases, ainda não se tendo completado a última.

Consequentemente, apenas será sujeito a amortização após a data em que esteja disponível para ser utilizado no seu todo.

12. Filiados

	2015	2014
A pagar		
< 90 dias	2 947	1 208
90 - 180 dias	1 035	-
180 - 360 dias	3 186	-
> 360 dias	700	115
	<u>7 868</u>	<u>1 323</u>

13. Estado e outros entes públicos

	2015	2014
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	386	67
Retenção de imposto s/ Rendimento	321	-
Imposto s/ Valor Acrescentado	9	-
Contribuições p/ a Segurança Social	248	-
Total	<u>964</u>	<u>67</u>

A Sociedade não tem contribuições em mora para com a Segurança Social e/ou para com o Estado.

24

14. Outras Contas a Receber e a Pagar

	2015	2014
Activo		
Corrente		
Pessoal	52	-
Subsidio a receber	1 837	-
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	16 116	9 707
Outros	1	408
Total	18 006	10 115

	2015	2014
Passivo		
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	5 348	3 279
Outros	1 848	8 961
Subtotal	7 196	12 240
Total	7 196	12 240

15. Diferimentos

	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	7	535
Total	7	535

	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	535	-
Total	535	-

16. Caixa e depósitos bancários

	2015	2014
Caixa	213	724
Depósitos à Ordem	6 348	5 344
Total	6 561	6 068

17. Fornecedores

	2015	2014
A pagar		
< 90 dias	5 411	1 208
90 - 180 dias	2 341	-
> 180 dias	115	115
Total	7 868	1 323

18. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 5 de Abril de 2016.

Lisboa, 5 de Abril de 2016

A Contabilista Certificada

Núcio Filipe FERREIRAS

A Direção

